TALITHA BRAZ BERNARDINO

O ABUSO DE PODER NA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor Sebastião Botto de Barros Tojal

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

TALITHA BRAZ BERNARDINO

O ABUSO DE PODER NA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob orientação do Professor Doutor Sebastião Botto de Barros Tojal.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Braz Bernardino, Talitha

O Abuso de Poder na Atuação do Ministério Público/ Talitha Braz Bernardino;
orientador, Sebastião Botto de Barros Tojal. – 2018

130. p.

Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação Faculdade de
Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

1.Ministério Público.2. Abuso de Poder. Excesso de Poder. 3. Desvio de Finalidade.
4.Abuso de Direito. Prerrogativas. 5.Competências.6. Constituição de 1988. I.Tojal,
Sebastião Botto de Barros, orient. II. Título.

BRAZ BERNARDINO, Talitha. **O Abuso de Poder na Atuação do Ministério Público**. 2018. 130f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Orientador: Professor Doutor Sebastião Botto de Barros Tojal

Instituição :Faculdade de Direito da USP Assinatura:_____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Sebastião Botto de Barros Tojal pela orientação e oportunidade. Obrigada por acreditar no meu trabalho e no tema, além de todo ensinamento, atenção, motivação e paciência.

Aos meus pais, Antonio Carlos Bernardino e Elizabeth do Rosário Braz Bernardino, que tanto se sacrificaram e lutaram para me proporcionarem o melhor ensino possível e sempre apoiaram os meus estudos e minhas decisões. Sem eles eu não seria nada.

Ao meu marido e melhor amigo, Robin Fuchs, pelo amor incondicional e pelo infinito companheirismo.

Ao meu irmão, Igor Rodrigo Braz Bernardino, que amo e admiro muito. Sua dedicação e persistência me fizeram acreditar que sonhos viram realidade.

Aos meus amigos e mestres, Aline Souza Pereira de Carvalho e Rafael Romero Bentos, que me incentivaram e ajudaram ao longo desses três anos, se não fossem vocês, eu não teria nem sequer preenchido a ficha de inscrição para o processo seletivo.

“Dizem que a vida é para quem sabe viver, mas ninguém nasce pronto. A vida é para quem é corajoso o suficiente para se arriscar e humilde o bastante para aprender.” (Clarice Lispector)

RESUMO

BRAZ BERNARDINO, Talitha. **O Abuso de Poder na Atuação do Ministério Público**. 2018. 130f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O Ministério Público tem atuado de forma expansiva e ostensiva no exercício de suas funções atualmente. Está havendo um descompasso entre o que a Constituição, as normas postas, a moral e a ética preveem e a forma com que o órgão tem procedido. Para compreender esse fenômeno, traçaremos as transformações da instituição ao longo das Constituições brasileiras, analisaremos a sua luta na Constituinte de 1987-1988 e o momento político e histórico que a envolvia. Analisaremos as consequências decorrentes da demasiada ampliação de suas competências e prerrogativa pela Constituição Federal de 1988. Após, nos valeremos das doutrinas do abuso de poder e o abuso de direito como um ponto de partida para comentar e entender esses excessos cometidos. Para ilustrá-los, apontaremos alguns casos rotineiros e quando pertinente exemplificaremos com situações concretas. Por fim, traçaremos algumas considerações de como percebemos esses abusos como um movimento atual, maculado na dicotomia entre o garantismo jurídico e a ética de convicção. O objetivo do trabalho é alertar o mundo jurídico e acadêmico que, por vezes, o Ministério Público, no exercício de sua função, sacrifica as normas postas e os direitos fundamentais assegurados para alcançar e perseguir seus fins com evidente abuso de poder.

Palavras-chave: Ministério Público. Abuso de Poder. Excesso de Poder. Desvio de Finalidade. Abuso de Direito. Prerrogativas. Competências. Constituição de 1988.

ABSTRACT

BRAZ BERNARDINO, Talitha. **The Abuse of Power from Public Prosecutors Office.** 2018. 130f. Dissertation (Master of Law) – Faculty of Law, University of São Paulo, State of São Paulo, 2018.

Currently the Public Prosecutors Office is acting disproportionately and inadequately during the exercise of its functions. There are discrepancies between what the Constitution, the applied legal norms, as well as moral and ethics envisage, and the way the institution has proceeded so far. To be able to understand this phenomenon we will track the transformation of the Public Prosecutors Office throughout various Brazilian Constitutions and analyze its struggle within the Constituent Assembly of 1987-1988 along with the political and historic moment that the institution was involved in. We will examine the subsequent consequences of the excessive ampliation of the prosecutor's competences and legal duties by means of the Federal Constitution of 1988. Further we will evaluate the doctrines of the abuse of power and law as a starting point to then comment and understand the institution's committed excesses. In order to illustrate this we will point out a few routine cases and, when appropriate, exemplify with concrete occurrences. Lastly we take a look at considerations that these abuses of power can be perceived as a momentary movement, maculated in the dichotomy of procedural formalism and the ethics of conviction. The objective of this work is to alert the juridical and academical world that the Public Prosecutors Office is sacrificing applied legal norms along with guaranteed fundamental rights in order to achieve and pursue its goals by means of an evident abuse of power.

Key words: Public Prosecutors Office. Abuse of Power. Excess of Power. Evasion of Intended Purpose. Law Abuse. Legal Duties. Competences. Constitution of 1988.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 DO MINISTÉRIO PÚBLICO	21
2.1. Ministério Público antes da Constituição Federal de 1988	21
2.2. Luta Institucional do Ministério Público na Constituinte de 1987-1988	24
2.3. O Ministério Público na Constituição de 1988 – Reflexões: Avanço Institucional	34
3 DAS CAUSAS DO ABUSO DE PODER PELO MINISTÉRIO PÚBLICO	47
3.1. Das Amplas Prerrogativas e Competências	47
3.2. Dos Instrumentos de Controle (<i>Accountability</i>).....	52
3.3. Da Concepção e Percepção de seu Papel Institucional no Estado Social de Direito	59
4 DA CONFIGURAÇÃO DO ATO DE ABUSO DE PODER PELO MINISTÉRIO PÚBLICO	63
4.1. Do Excesso de Poder	65
4.2. Do Desvio de Finalidade	73
4.3. Do Abuso de Direito	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – LIMITES DO GARANTIMOS	104
REFERÊNCIAS	107
ANEXOS	127

INTRODUÇÃO

A iniciativa do tema surgiu a partir da percepção de que o Ministério Público tem atuado de forma expansiva e ostensiva no exercício de suas funções. O órgão tem procedido de forma discrepante nos últimos anos, tomando a cena do cenário jurídico e das manchetes de jornais. Mas esse destaque não está pautado necessariamente nas benfeitorias que tem feito, mas nos excessos que tem cometido.

Comumente ouvimos reclamações de políticos, juízes, procuradores públicos, advogados, Ministros do Supremo Tribunal Federal e particulares descontentes com o modo que a instituição tem se comportado e conduzido determinadas situações.

Apontamos que, não raras vezes, o Ministério Público age incompativelmente com as diretrizes de sua função, intervindo de forma indevida, descabida e desarrazoada nos vários aspectos da sociedade. Percebe-se o seu anseio de controlar os meios políticos, jurídicos, econômicos e privados, extrapolando o bom senso, o ordenamento jurídico e as suas competências.

Já há artigos, livros, matérias e até manifestos esparsos que retratam e comentam esse fenômeno, mas foi com o intuito de reunir toda essa informação de forma organizada e didática, analisando-a sob uma perspectiva acadêmica, que surgiu a proposta deste trabalho.

O objetivo do trabalho é, portanto, alertar o mundo jurídico que está havendo um descompasso entre o que a Constituição, as normas postas, a moral e a ética preveem e a forma com que o Ministério Público tem atuado. Demonstraremos que isso pode configurar na prática verdadeiros atos de abuso de poder.

Pretendemos também explorar não apenas como esse abuso vem ocorrendo, mas quais são as suas causas. Por isso, iniciaremos o estudo comentando as transformações que o Ministério Público sofreu ao longo das Constituições brasileiras e as funções e competências que o órgão foi adquirindo ao longo do tempo.

Para entender a sua estrutura, analisaremos os debates que ocorreram na Constituinte de 1987-1988 e o clima histórico e político que a envolvia, bem como a luta institucional traçada pelo órgão nessa oportunidade para aprovar a sua disposição em capítulo próprio e incluir a previsão de sua autonomia e independência.

Sob um olhar crítico, comentaremos como o órgão foi previsto no direito comparado. Percebemos que em todos os ordenamentos jurídicos o *parquet*, ou a

instituição equivalente, está em maior ou menor grau atrelado a algum Poder do Estado, existindo sempre um controle externo de suas atividades e uma estrutura interna hierarquizada. Essa análise nos mostra como a Constituição de 1988 adotou um modelo extremamente inovador e libertador em relação ao Ministério Público, sem talvez ter premeditado as consequências que isso poderia acarretar.

Entendemos que uma das causas do abuso de poder decorre exatamente dessa previsão de amplas prerrogativas e competências, que foram alargadas paulatinamente pela jurisprudência. Aliado a isso, há também a ausência de mecanismos de controle sobre o órgão. A independência funcional impede que a instituição interfira na atividade-fim de seus membros. Não há hierarquia funcional prevista e por mais que exista a figura do Conselho Nacional do Ministério Público, que tem por finalidade controlar a instituição administrativamente e financeiramente, verificamos que ela não exerce um controle efetivo sobre a atuação do Ministério Público.

Além disso, criou-se e divulgou-se a ideia, muito impulsionada pela mídia, de que o Ministério Público é o guardião da pátria e o tutor da sociedade, como um órgão incorruptível e distante das paixões humanas.

Todas essas causas contribuíram para acobertar a atuação abusiva da instituição, uma vez que maquiavam os seus atos com a falsa aparência de legitimidade. Para entender e desmistificar os abusos cometidos é preciso analisar os seus atos não somente do ponto de vista jurídico, mas também pela perspectiva política e social.

Utilizamos as doutrinas do abuso de poder e o abuso de direito como um ponto de partida para entender esse fenômeno, mas alertamos que a divisão feita serve apenas para fins didáticos, vez que tais atos são tão complexos que podem incorrer em mais de uma categoria ao mesmo tempo. Ilustraremos o abuso com acontecimentos rotineiros e quando pertinente citaremos situações específicas.

Partindo do excesso de poder, como uma vertente da teoria do abuso de poder, encontramos hipóteses em que o Ministério Público exorbita sua competência constitucional. Ele faz isso, quando atua como controlador externo do Poder Executivo e impõe seu entendimento frente à implementação de determinada política pública, usurpando a função do gestor público, ou quando interfere em negócios e decisões privadas que fujam de seu campo de atuação.

Já o desvio de poder, ocorre sempre que o *parquet* usa de sua discricionariedade e dos meios disponíveis de forma arbitrária para buscar resultados outros não queridos ou desejados pelo ordenamento jurídico. Isso sucede-se quando são utilizadas indevidamente

suas prerrogativas como mecanismo de coação para alcançar os seus objetivos ou, então, age de forma desproporcional, sem medir as consequências que seus atos podem causar a terceiros e à sociedade.

Apesar de o abuso de direito não estar ligado tradicionalmente à teoria do abuso de poder, por ser uma figura típica do Direito Civil, ambos têm raízes e princípios parecidos. Por isso, achamos pertinente aproveitar esse instituto como uma fonte doutrinária apta a interpretar as condutas abusivas do Ministério Público.

Dividiremos a teoria do abuso de direito em seus elementos constitutivos e a partir deles explanaremos a atuação do órgão. O estudo está mais focado em analisar o abuso no exercício do direito de ação, que ocorre quando seus membros descumprem as regras processuais previstas e não agem com a boa-fé e a ética exigida pelo seu múnus público. Avaliaremos também os eventuais danos patrimoniais e morais que tais condutas podem causar.

Por fim, traçamos algumas considerações de como percebemos esses abusos como um movimento atual, em que há um evidente impasse entre a aplicação da teoria do garantismo jurídico e a ética de convicção, segundo a qual os fins definem os meios.

O trabalho não tem por fim atentar ou desmerecer a atuação do Ministério Público. Pelo contrário, reconhecemos a sua importância para garantir a ordem social democrática. O que pretendemos é alertar que, por vezes, o órgão no exercício de sua função sacrifica as normas postas e os direitos fundamentais assegurados para alcançar e perseguir seus objetivos, com abuso de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – LIMITES DO GARANTISMOS

Após explorarmos a questão do abuso de poder pelo Ministério Público, apontando as suas causas e a forma como se configura na prática, fazem-se pertinentes, para concluirmos o tema, algumas considerações adicionais.

Max Weber (apud FARIA, 1984.p. 82) já alertava para a existência de duas éticas. A ética de convicção e a ética de responsabilidade. A primeira é aquela pela qual os atos são justificados em nome dos fins a serem atingidos, ficando de lado qualquer preocupação maior quanto aos meios utilizados. A segunda é aquela em que a validade dos fins está condicionada à escolha dos meios.

O defensor da ética de convicção é o homem de princípios, animado unicamente do sentimento de obrigação para com o que considera como seu dever, sem levar em conta as consequências que poderiam acarretar a realização de seu ideal. Já o defensor da ética de responsabilidade considera os meios mais apropriados para atingir o fim desejado, consciente de sua responsabilidade para com os outros.⁷⁰

Traçando um paralelo entre essas éticas e a problemática exposta neste trabalho, podemos afirmar que a atuação dos membros do Ministério Público está claramente orientada por uma ética de convicção, com o sacrifício do garantismo inerente à ética de responsabilidade.

Isso decorre, em parte, das transformações que a instituição sofreu ao longo da história. Inicialmente, o *parquet* assumia a feição de um órgão ligado intrinsecamente aos interesses da Coroa e do Poder Executivo. Com o passar do tempo e com a edição de novas leis, o órgão foi aos poucos assumindo novas competências e prerrogativas até conquistar as atribuições que tem hoje, com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Por influência do momento político de redemocratização do país e da luta institucional traçada pelo órgão na Constituinte de 1987-1988, a Carta confiou ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, além da competência privativa de promover a ação penal pública. Para exercer tal mister livre de qualquer influência, foi concedido autonomia financeira e administrativa à instituição, além de amplas prerrogativas aos seus membros, como a independência funcional.

Aliado a isso, as relações sociais tornaram-se mais complexas. O ordenamento

⁷⁰Ibidem.,p. 103.

jurídico teve de se adaptar a essa nova realidade. Os códigos revelaram-se rígidos demais para reger essas novas situações. Por isso, foram editadas inúmeras leis especiais, que incorporaram novos instrumentos ao ordenamento, ao mesmo tempo em que proliferam fórmulas e conceitos mais abertos e indeterminados.

A maioria dessas leis ampliou o campo de atuação discricionária do Ministério Público e reforçou o seu papel na sociedade. A Lei da Ação Civil Pública, por exemplo, assegurou ao órgão a defesa dos direitos difusos e coletivos e criou a figura do inquérito civil. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Defesa do Consumidor, além de atribuírem novas funções, instituíram o Termo de Ajustamento de Conduta como o instrumento extrajudicial de atuação da instituição e a Lei nº 12.850/2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, trouxe para o direito brasileiro o instituto da delação premiada.

Diante desse cenário de amplos poderes, instrumentos e competências, o Ministério Público e os seus membros ganham um novo ânimo. Com uma mentalidade mais jovem e idealista, o órgão comprometeu-se a desempenhar fielmente sua função institucional e a perseguir todos objetivos idealizados pela Constituição, assumindo a posição de tutor da sociedade, nem sempre, contudo, agindo sob os ditames da responsabilidade.

Afinal, o Brasil, como um país emergente, enfrenta dificuldades das mais diversas ordens, que envolvem desde problemas sociais até escândalos de corrupção dentro de sua estrutura, o que demanda, de fato, uma atuação ativa e incisiva do *parquet*.

No entanto, a ausência de um efetivo controle interno e externo da instituição possibilita que os seus membros, por vezes, iniciem uma verdadeira expedição para alcançar os seus objetivos, sem medir os meios empregados e as consequências de seus atos.

Em determinadas situações, o Ministério Público, na ânsia de efetivar seus propósitos, exorbita sua esfera de competência, desconsidera os limites impostos ao seu poder e ofende as normas e os procedimentos previstos no ordenamento jurídico. O órgão age de forma ilegítima e atenta contra direitos fundamentais protegidos constitucionalmente. Verifica-se que há um evidente impasse entre os fins que a instituição busca e os meio que emprega para alcançá-los.

Nesse ponto, o *parquet* esquece que a mesma Constituição que prevê suas competências e prerrogativas é também uma Carta garantista, que assenta seus pilares nos princípios ordenadores do Estado de Direito e da dignidade humana e que prevê uma gama

de direitos fundamentais destinados a assegurar a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade contra qualquer atuação arbitrária do Estado ou de terceiros.

O Estado de Direito, segundo uma das concepções da teoria geral do garantismo jurídico de Luigi Ferrajoli (2002, p. 683), deve ser entendido como aquele que se submete a legalidade em sentido estrito, que condiciona a legitimidade do exercício de qualquer poder por ela instituído a determinados conteúdos substanciais. Caracteriza-se sob o plano epistemológico com um sistema cognitivo ou de poder mínimo, sob o plano político como uma técnica de tutela idônea a minimizar a violência e a maximizar a liberdade e, sob o plano jurídico, como um sistema de vínculos impostos à função punitiva do Estado em garantia dos direitos dos cidadãos.

Entendemos e compreendemos a preocupação do Ministério Público de efetivar sua missão institucional, de transformar a realidade social e de combater a corrupção, mas tais fins devem ser buscados por intermédio de meios jurídicos legítimos. A sua atuação pautada exclusivamente na ética de convicção tem, por vezes, configurado atos de abuso de poder na prática, como demonstrado neste trabalho.

Vivenciamos hoje a colisão de duas visões jurídicas distintas. De um lado, um modelo verificado pela consecução de resultado, segundo o qual os fins definem os meios, decorrente dessa ética de convicção e, de outro, o elemento da legalidade e do Estado de Direito, típica de uma moralidade garantista, pautada na ética de responsabilidade.

Essa dicotomia é prejudicial para sociedade e para a boa aplicação do direito. Cria um clima de instabilidade e incerteza, em que as garantias, os direitos, a moral e o princípio da segurança jurídica são colocados em cheque em uma análise de custo-benefício.

Chegada a esta parte, cumpre atentar para uma avaliação crítica dos limites e das possibilidades de atuação do Ministério Público, além da legitimidade dos resultados obtidos e da observância dos procedimentos previstos e estabelecidos pela lei.

Não pretendemos com essas considerações diminuir a importância do Ministério Público no Estado Democrático de Direito. Elas também não devem ser entendidas como uma proposta para limitar seu exercício. O que alertamos é para a necessidade de se traçar uma inteligência adequada na atuação do *parquet*. É necessário estabelecer um equilíbrio entre essas duas visões e éticas, que permita uma atuação eficiente, mas sem ferir direitos e garantias, afim de se evitar os abusos que temos testemunhado.

REFERÊNCIAS⁷¹

ATUAL PGR tenta se autoafirmar como investigador. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 ago 2017. Política, Caderno A4, A12. Disponível em: <<http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20170813>>. Acesso em: 25 set. 2017. Entrevista a Marcio Adriano Anselmo.

2º Reunião Ordinária Realizada pela Comissão da Organização e Sistema de Governo Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, 09/4/1987, Brasília. **Assembleia Nacional Constituinte (Atas de Comissões)**. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/3c%20-%20SUBCOMISS%C3%83O%20DO%20PODER%20JUDICI%C3%81RIO.pdf>>. Acessado em: 07 de jun. de 2017.

AGUIAR JUNIOR, Ruy Rosado de. **O Ministério Público – Posição Constitucional – Conceito**. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1992.

ALMEIDA JUNIOR, João Mendes de. **Direito Judiciário Brasileiro**. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1960.

ALMEIDA, Fernanda Leão de. **A Garantia institucional do Ministério Público em Função da Proteção dos Direitos Humanos**. 2010. São Paulo: Teses de Doutorado - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ALMEIDA, João Batista de. **Aspectos Controvertidos da Ação Civil Pública**. 2. ed., rev., atual. E ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

ALVARES, Jandira Maria Vannier Teixeira. **O Abuso de Poder**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002.

ATHIAS, Gabriela. **Febem reconhece existência de tortura**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 08 mar. 2001. Cotidiano. Disponível

⁷¹De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

em:<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0803200101.htm>>. Acesso em: 02 set. 2017.

BANALIZAÇÃO das Prisões: Após Suicídio de Reitor, OAB Crítica Espetacularização do Processo Penal. **Revista Consultor Jurídico**, 03 out 2017. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-out-03/morte-reitor-oab-ataca-espetacularizacao-processo-penal>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

BARROS, Cláudio. Abuso e Omissões do Ministério Público e de seus Membros. p. 213-237. In: RIBEIRO, Carlos Vinícios Alves (Org.). **Ministério Público: Reflexões sobre Princípios e Funções Institucionais**. São Paulo: Atlas, 2010.

BARROSO, Luís Roberto. **Temas de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BERCOVICI, Gilberto. O controle externo do Judiciário e a soberania popular. In: TAVARES, André Ramos; LENZA, Pedro; ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora (Coords.) **Reforma do Judiciário: analisada e comentada : emenda constitucional 45/2004**, São Paulo: Ed. Método, 2005.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. 3ª edição, 2ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2008.

BORBA, Bibiana. Carne Fraca ainda não Revelou 1% das Fraudes, diz Fiscal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 mar 2017, , Caderno B, B17. Disponível em:<<http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20170323>>. Acessado em: 21 set. 2017.

BORGE DOS REIS, Solon. Sete Pecados Capitais Ameaçam a Constituinte. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 jan.1986, p.34. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>. Acessado em: 29 jun. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Resolução nº 181, de 7 de agosto de 2017. Disponível

em:<<http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-181.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Senado. 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 26 set. 2017.

BRASIL. Decreto nº 848, de 11 de Outubro de 1890. Organiza a Justiça Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/>. Acesso em: 21 nov. 2017.

BRASIL. Lei de 29 de novembro de 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm>. Acesso em: 21 dez.2017.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 09 set. 2017.

BRASIL. Lei Nº 12.529, de 30 de novembro de 2011. Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei no 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei no 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm>. Acesso em: 26 set. 2017.

BRASIL. Lei Nº 12.966, De 24 De Abril De 2014. Altera a Lei no 7.347, de 24 de julho de

1985 (Lei da Ação Civil Pública), para incluir a proteção à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12966.htm>. Acesso em: 26 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 26 set. 2017.

BRASIL. Lei Nº 261, de 3 de dezembro de 1841. Reformando o Código do Processo Criminal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM261.htm>. Acesso em: 21 dez. 2017.

BRASIL. Lei Nº 4.717, De 29 De Junho De 1965. Regula a ação popular. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4717.htm>. Acesso em: 09 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm>. Acesso em: 26 set. 2017.

BRASIL. Lei Nº 8.078, De 11 De Setembro De 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm. Acessado em: 26 set. 2017.

BRASIL. Projeto de Lei nº 265/2007, Altera as Leis nºs 4.717, de 29 de junho de 1965, 7.347, de 24 de julho de 1985 e 8.429, de 2 junho de 1992, de modo a deixar expressa a responsabilidade de quem ajuíza ação civil pública, popular e de improbidade temerárias, com má-fe, manifesta intenção de promoção pessoal ou visando perseguição política.. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF; Câmara dos Deputados, apresentado em 01 mar. 2007. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=343100>.

Acesso em: 18 nov. 2017.

BRASIL. Projeto de Lei nº 4850/2016. Estabelece medidas contra a corrupção e demais crimes contra o patrimônio público e combate o enriquecimento ilícito de agentes públicos. apresentado em 29 mar. 2016, **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Câmara dos Deputados.

Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2080604>>. Acesso em: 01 out. 2017.

BRASIL. Projeto de Lei nº 6.745/2006, Altera dispositivos da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para instituir o controle judicial sobre os inquéritos civis, e dá outras providências, apresentado em 15 mar. 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Câmara dos Deputados. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=317499>.

Acesso em: 18 nov. 2017.

BRASIL. Projeto de Lei nº 7596/2007, Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade e altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, apresentado em 10 maio 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF; Senado Federal. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2136580>.

Acesso em: 18 nov. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ARE 725.491 AgR, rel. min. Luiz Fux, j. 26-5-2015, 1ª T, DJE de 15-6-2015. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp#visualizar>. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. HC 67759, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 06/08/1992. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp#visualizar>. Acesso em: 25 set. 2017.

CAPEZ, Fernando. **Limites Constitucionais à Lei de Improbidade**. São Paulo: Saraiva,

2010.

CAPISTRANO, Marcio Anderson Silveira. O Conselho Nacional do Ministério Público e o princípio da independência funcional dos membros do parquet. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, DF: 28 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.53328&seo=1>>. Acesso em: 29 set. 2017.

CASAGRANDE, Cássio. **Ministério Público e a Judicialização da Política Estudos de Casos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.

CASTILHO, Ricardo. **Acesso à Justiça Tutela Coletiva de Direitos pelo Ministério Público: uma nova visão**. São Paulo, Atlas, 2006.

CHIOVITTI, Ana Paula. **A boa-fé no processo civil e os mecanismos de repressão ao dolo processual**. 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

COMPLOIER, Mylene. O Ministério Público e Assembleia Nacional Constituinte: As Origens de um Texto Inovador. **Interfaces Científicas- Direito**, Aracaju. V.3, n3, p. 69-84, jun. 2015. Disponível em <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/direito/article/viewFile/2128/1236>>. Acesso em: 19 out. 2016.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Relatório executivo do CNMP 2013-2017**/ Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP, 2017. 140 p. il. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2017/RELATORIO_EXECUTIVO_2013_2017_WEB.pdf>. Acesso em: 27 set. 2017.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Relatório Anual CNMP 2016 Versão Sintética**. Brasília: CNMP, 2017. Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/relatorios-de-atuacao>>. Acesso em: 15.09.2017.

COSTA, Leonel Carlos da. Termo de ajustamento de conduta (TAC) e algumas observações sobre o seus limites. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 4140, 1 nov. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/30469>>. Acesso em: 8 out. 2017.

COSTA, Paula Cesariano. Um Jato de Água Fria. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 19 mar. 2017. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2017/03/1867852-um-jato-de-agua-fria.shtml?loggedpaywall>>. Acesso em: 20 nov.2017.

COUTINHO, Mateus. Ações Cíveis da Lava Jato Cobram quase R\$ 70 bi. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 abril 2017, Política, Caderno A, A4. Disponível em:<<http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20170403>>. Acessado em: 21 set. 2017.

CRETELLA JUNIOR, José. **O Desvio de Poder na Administração Pública**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

DAL POZZO, Antônio Ferraz. Garantias Legítimas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 ago.1989, p. 3. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acesso em 29 jun. 2017.

DALLARI, Adilson Abreu. Limitações à atuação do ministério público. In: BUENO, Cassio Scarpinella; PORTO FILHO, Pedro Paulo de Rezende (Orgs.). **Improbidade Administrativa: questões polêmicas e atuais**. São Paulo: Malheiros, 2001.

DALLARI. Adilson Abreu. Formalismo e Abuso de Poder. **Revista Brasileira de Direito Público – RBDP**, Belo Horizonte, 2008. ano 6, n. 21, abr./jun. 25 p.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 26.ed. 2. impr.. São Paulo: Atlas, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Limites do Controle Externo da Administração Pública

- ainda é possível falar em discricionariedade administrativa?. Belo Horizonte, 2013. p. 9-24. **Revista Brasileira de Direito Público**. Belo Horizonte, v. 11, n. 42, p. 9-24, jul./set.

DINAMARCO, Pedro da Silva. **Ação Civil Pública**. São Paulo: Saraiva, 2001.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro** Vol. 07. São Paulo: Saraiva, 2006, Vol. 07.

DUARTE, Fabrício Souza. A Relação entre o Ministério Público e a Imprensa – Limites e Abusos. . In: SILVA JÚNIOR, Arnaldo; PEREIRA, Rodrigo Ribeiro (Orgs.). **Limites de Atuação do Ministério Público: a Defesa nas Ações Cíveis Públicas**. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

FARAH, Elias. Ministério Público. Grandezas e Fraquezas. Virtudes e Desmandos. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo**, São Paulo, vol. 11/2003, jan. –jun. 2003.

FARIA, J. E. C. O. **Eficácia Jurídica e Violência Simbólica: O Direito Como Instrumento de Mudança Social**. Ed. Particular, 1984.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão: teoria do garantismo penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA JORDÃO, Eduardo. **Repensando a Teoria do Abuso de Direito**. Salvador. JusPODIVM, 2006.

FERREIRA, Daniel. **A Função Administrativa e seu Regime Jurídico**. Curitiba: Faculdade de Direito de Curitiba, 1999.

FIGUEIREDO, Marcelo. Não há quem fiscalize desvios de membros do MP. **Revista Consultor Jurídico**, 13 ago. 2013. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2013->

ago-13/marcelo-figueiredo-nao-quem-fiscalize-desvios-cometidos-membros-mp>. Acesso em: 30 out. 2010.

FORNACIARI, Flávia Hellmeister Clito. **Representatividade Adequada nos Processos Coletivos**. 2010, São Paulo. Teses de Doutorado - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FRANÇA, Phillip Gil. SARLET, Ingo Wolfgang (pref). MARINONI, Luiz Guilherme (apres). **O controle da administração pública tutela jurisdicional, regulação econômica e desenvolvimento**. 2. ed., rev., atual. e ampl.. São Paulo: Ed. Revista dos tribunais, 2010.

GABRIEL, José Luciano. Finalidades da Filosofia do Direito. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 100, maio 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11700>. Acesso em: 10 jul. 2016.

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

GRANJA, Cícero Alexandre. O ativismo judicial no Brasil como mecanismo para concretizar direitos fundamentais sociais. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 119, dez 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14052>. Acesso em: 10 jul. 2016.

GUIMARÃES. Bernardo Strobel. A Justa Causa nas Ações Coletivas. In: RIBEIRO, Carlos Vinício Alves (Org.). **Ministério Público: Reflexões sobre Princípios e Funções Institucionais**. São Paulo: Atlas, 2010.

JUIZ Ali Mazloun Fala Sobre Operação Anaconda. **Revista Consultor Jurídico**. 23 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2011-fev-23/juiz-federal-ali-mazloun-revela-detalhes-operacao-anaconda>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 8. ed., rev., ampl., e atual. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

KAHMANN, Andrea Cristiane. O Ministério Público e seu Posicionamento em frente aos Poderes do Estado: Uma Análise sob a Ótica do Direito Constitucional Comparado. **Revista Fundação Escola Superior do Ministério Público Distrito Federal e Território**, Brasília, Ano 12, vol. 23, p. 11-27, jan. dez. 2004. Disponível em: <http://www.escolamp.org.br/arquivos/revista_23_01.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.

KERCHE, Fábio. O Ministério Público e a constituinte de 1987/88. In: SADEK, Maria Tereza (Org.). **O sistema de justiça**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/59fv5/pdf/sadek-9788579820397-04.pdf>> Acesso em: 26 out. 2016.

KERCHE, Fábio. **O Ministério Público no Brasil: Autonomia, Organização e Atribuições**, 2003, Tese de Doutorado- Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

KERCHE, Fábio. O Ministério Público no Brasil: Relevância, Características e uma Agenda para o Futuro. **Revista USP**, São Paulo, n. 101, p. 113-120, 2014.

KERCHE, Fábio. Autonomia e Discrecionabilidade do Ministério Público no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n.2, p. 259-279, 2007.

LACERDA, Galeno. Limites à atuação do Ministério Público, no que concerne ao inquérito civil e a Ação Civil Pública: Limites do controle da atividade bancária. Distinção entre operação e serviços de bancos. Só os serviços que se enquadram nas relações de consumo sujeitos à fiscalização do MP. In: ARNOLDO, Wald (Org.). **Aspectos polêmicos da ação civil pública**. São Paulo: Saraiva, 2007.

LAUTENSCHLÄGER, Milton Flávio de Almeida Camargo. **Abuso de Direito**. São Paulo: Atlas, 2007.

LEMGRUBER, Julita; RIBEIRO, Ludmila; MUSUMECI, Leonarda; DUARTE, Thais.

Ministério Público: Guardião da democracia brasileira?. Rio de Janeiro: CESeC, 2016. Disponível em: <<https://www.ucamcesec.com.br/livro/ministerio-publico-guardiao-da-democracia-brasileira/>>. Acesso em: 22 set. 2017.

LEVY, José Luiz. **A Vedação ao Abuso de Direito como Princípio Jurídico**. São Paulo: QuartierLatin, 2015.

LIMITES do controle pelo Ministério Público. **Jota**. 08 maio 2015. Disponível em: <<https://jota.info/justica/os-limites-do-controle-08052015>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

LUCHETE, Felipe. Resquícios da Satiagraha: Procuradora da República é condenada pelo STJ por caluniar juiz em blog. **Revista Consultor Jurídico**, 20 maio 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-mai-20/procuradora-condenada-stj-caluniar-juiz-blog>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

MACEDO JÚNIOR, RP. A Evolução Institucional do Ministério Público Brasileiro. In: SADEK, Maria Thereza (Org.). In: **Uma introdução ao estudo da justiça**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 65-94. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 30 set 2016.

MAHMOUD, Mohamad Ale Hasan. **O Abuso de Poder no Direito Penal Brasileiro**. Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público IDP Ltda, 2014. Disponível em: <<http://www.idp.edu.br/publicacoes/portal-deebooks/2217-o-abuso-de-poder-no-direito-penal-brasileiro>>. Acesso em: 23 ago 2017.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de; NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA, Thiago; DALLARI, Adilson de Abreu (Orgs.). **Direito e Administração Pública: Estudos em Homenagem a Maria Sylvia Zanella Di Pietro**. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS DA COSTA CARVALHO, Cassio. O Judiciário, O Ministério Público e a Constituinte. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01 set. 1987, p. 38. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em 29 jun. 2017.

MARTINS, Fernando Rodrigues. **Controle do Patrimônio Público Comentários à Lei de Improbidade Administrativa**. 3a. ed. rev., atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Manual do Promotor de Justiça**, 2. ed., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1999.

MAZZILLI, Hugo Nigro. O Princípio da Obrigatoriedade e o Ministério Público. **Migalhas**, 14 set. 2007. Disponível: em:<<http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/obligat.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

MAZZILLI, Hugo Nigro. A Natureza das Funções do Ministério Público e a sua Posição no Processo Penal. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 91, n. 805, p. 464-471, nov. 2002.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Regime jurídico do Ministério Público**. 6. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 14. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2010.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Discricionariedade e Controle Jurisdicional**. São Paulo: Ed. Malheiros, 1992.

MELO, André Alves de. O Ministério Público no Mundo. **Migalhas**, 06 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI33277,91041-O+Ministerio+Publico+no+mundo>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

MELO, Natália Maria Leitão de. **Quem Controla os Controladores?** Independência e *Accountability* no Ministério Público Brasileiro. 2010, 97f. Tese de Mestrado – Departamento de Ciências Políticas Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MEYER-PFLUG, Samantha. O Ministério Público na Constituição Federal de 1988. **Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo**. p. 180-192 V.2, 2012. Disponível em: <http://www.esmp.sp.gov.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/46>. Acesso em: 26 out. 2016.

MINISTRO quer Rever Também Poder de Investigação do MP. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 ago. 2017. Política, Caderno A4, A6. Disponível em: <<http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20170816>>. Acesso em: 25 set. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República no Rio Grande do Sul. Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. Recomendação PRDC/RS Nº 21/201. PP nº 1.29.000.002998/2017-60. Porto Alegre, 28 de setembro de 2017.

MORAES, Alexandre de. Princípio da eficiência e o Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos Discricionários. **Revista de Direito Administrativo**, São Paulo, n. 243, set. dez. 2006.

MORAES, Antônio Carlos Flores de. **Legalidade, Eficiência e Controle da Administração Pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Novo referencial no Direito Administrativo: do controle da vontade ao do resultado: a juridicização dos resultados na Administração Pública. **Fórum Administrativo – Direito Público – FA**, Belo Horizonte, ano 6, n. 67, set. 2006. Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br/bid/PDI0006.aspx?pdiCntd=37401>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

MOTTA, Fabrício Macedo. **A Função Normativa da Administração Pública Brasileira**. 2007. Tese de Doutorado - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MOURA, Rafael Moraes; ARAUJO, Carla; BULLA, Beatriz. Gilmar Prevê Revisão de Delações; Barroso Crê em “Independência”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 set.

2017. Política, Caderno A4, A6. Disponível em: <<http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20170919>> Acesso em: 22 set. 2017.

MP Errou ao não Periciar no ato os Áudios da JBS. Entrevista a Carlos Eduardo Sobral.

O Estado de S. Paulo, São Paulo, 18 set 2017. Caderno C, C. Disponível em:<<http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20170918>>. Acesso em: 25 set. 2017.

MTP Processa SBT por Violação à Intimidade e Discriminação de Gênero. **Carta Capital**, 25 out 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/mpt-processa-sbt-por-violacoes-a-intimidade-e-discriminacao-de-genero>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. Parte Geral – vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade (Orgs.). **Código de Processo Civil Comentado**. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

O RETRATO do MP. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 dec. 2016. Notas e Informações, Caderno A, A3. Disponível em: <<http://digital.estadao.com.br>>. Acesso em: 22 set. 2017.

OLIVEIRA, Dinalva Souza de. Natureza jurídica do abuso de direito à luz do Código Civil de 2.002. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 117, out 2013. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13690>. Acesso em: 02 nov. 2017.

OLIVEIRA, Suzana Fairbanks Lima de. **A Racionalização da Atividade do Ministério Público no Processo Civil**. 2008. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

OTTONI, Luis; LIS, Laís; TREVIZAN, Karina. Um mês após Operação Carne Fraca, JBS e BRF perdem R\$ 5,5 bi em valor de mercado. **G1Globo**. 17 abril 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/um-mes-apos-operacao-carne-fraca-jbs-e-brf-perdem-r-5-bi-em-valor-de-mercado.ghtml>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

OTTONI, Luis; LIS, Laís; TREVIZAN, Karina. Um mês após Operação Carne Fraca, JBS e BRF perdem R\$ 5,5 bi em valor de mercado. **G1Globo**. 17 abril 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/um-mes-apos-operacao-carne-fraca-jbs-e-brf-perdem-r-5-bi-em-valor-de-mercado.ghtml>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

PALU, Oswaldo Luiz. Ministério Público: suas atribuições constitucionais e a ação civil pública: considerações. **Justitia**, São Paulo, v. 62, n. 189/192, p. 247-262, jan./dez. 2000. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br//dspace/handle/2011/23878>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

PARAGUASSU. Geordano. A Utilização Indevida da Ação Civil Pública. In: SILVA JÚNIOR, Arnaldo; PEREIRA, Rodrigo Ribeiro (Orgs.). **Limites de Atuação do Ministério Público: a Defesa nas Ações Cíveis Públicas**. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

PEREIRA, Rodrigo Ribeiro. As Ações Penais nos Crimes de Licitação. O abuso na Atuação do Ministério Público. In: SILVA JÚNIOR, Arnaldo; PEREIRA, Rodrigo Ribeiro (Orgs.). **Limites de Atuação do Ministério Público: a Defesa nas Ações Cíveis Públicas**. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

PERES, Tatiana Bonatti. Abuso de Direito. **Revista dos Tribunais Online**. Revista de Direito Privado, vol. 43/2010, p. 9 -71, jul - set, 2010.

PIRES, Breno; MOURA, Rafael Moraes. Gilmar Acusa Procuradoria por Crime de Vazamento. **O Estado de São Paulo**, A4, 14 mar 2017. Disponível em: <<http://digital.estadao.com.br/search?query=gilmar%20acusa&in=ALL&date=Anytime&hideSimilar=0>>. Acessado em: 21 set. 2017.

PRECEDENTE Pedagógico. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 ago 2017. Notas e

Informações, Caderno A, A3. Disponível em: <<http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20170827>>. Acesso em: 22 set. 2017.

PRETEL, Mariana Pretel e. A boa-fé: conceito, evolução e caracterização como princípio constitucional. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 12, n. 1565, 14 out. 2007. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/10519>>. Acesso em: 22.11.2017.

PROCEDIMENTO não é Inquérito. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 jul 2017. Notas e Informações. Caderno A, A3, Disponível em: <<http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20170730>>. Acesso em: 26.09.2017.

PROFISSÕES jurídicas: Magistrado do Ministério Público (Staatsanwalt). **E-Justice Europa**, 04.04.2013. Disponível em: <https://e-justice.europa.eu/content_legal_professions-29-de-pt.do?member=1>. Acesso em: 24.07.2017.

PUOLI, José Carlos Baptista. **Responsabilidade Civil do Promotor de Justiça na Tutela a Interesses Meta individuais**. 2005. Teses de Doutorado - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

QUEBROU-SE o Mito. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 set 2017. Notas e Informações. Caderno A, A3. Disponível em: <<http://digital.estadao.com.br/search?query=minist%C3%A9rio%20p%C3%BAblico&languages=pt&hideSimilar=0>>. Acesso em: 22 set. 2017.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 19ª edição. São Paulo: São Paulo, 2002.

REALE, Miguel. Privilégios Incabíveis. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 ago.1989, p. 3. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/> >. Acesso em: 29 jun. 2017.

RIBEIRO, Carlos Vinícius Alves (Org.). **Ministério Público: Reflexões sobre Princípios e Funções Institucionais**. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Carlos Vinícius Alves. DI PIETRO. **As funções Extrajudiciais do Ministério**

Público, Natureza Jurídica, Discrecionalidade e Limites. 2011. 193f. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ROCHA JUNIOR, Paulo Sérgio Duarte da. **Controle Jurisdicional de Políticas Públicas.** 2008. 134f. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RODRIGUES, Geisa de Assis. **Ação Civil Pública e Termo de Ajustamento de Conduta Teoria e Prática.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

ROMANO, Roberto. Fala Reforça Ideia do Ministério Público como Tutor do Cidadão. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 set 2017. Política, Caderno A, A4. Disponível em: <<http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20170919>>. Acesso em: 22 set. 2017.

ROSA, Roberto. **Do Abuso de Direito ao Abuso de Poder.** São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

ROSA, Vera; FARIA, Thiago. O Planalto usa CPI para Atacar Delações. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 set 2017. Política, Caderno A4, A10. Disponível em: <<http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20170911>>. Acesso em: 26 set.2017.

SACCO, Ricardo Ferreira. O Ministério Público no Direito Constitucional Comparado. **Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, Minas Gerais, novembro 2007. Disponível em: <<https://acervo.mpmg.mp.br>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SAUWEN FILHO, João Francisco. **Ministério Público Brasileiro e o Estado Democrático de Direito.** Rio de Janeiro: Renovar. 1999.

SILVA, Danni Sales. Acordo de não-persecução penal: Inconformidade jurídico constitucional da Resolução nº 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 5192, 18 set. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/60570>>. Acesso em: 9 dez. 2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 1998.

SILVIO, Rodrigues. **Direito Civil**. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2003.

SOUZA, Luiz Sergio Fernandes de. **Abuso de Direito Processual: uma Teoria Pragmática**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005.

SOUZA, Victor Roberto Corrêa de. Ministério Público. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 229, 22 fev. 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/4867>>. Acesso em: 29 set. 2016.

STOCO, Rui. **Abuso do direito e má-fé processual**. São Paulo: Ed. RT, 2002,

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. HC 67.759, rel. min. Celso de Mello, j. 6-8-1992, P, DJ de 1º-7-1993.= HC 103.038, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 11-10-2011, 2ª T, **Diário da Justiça Eletrônico (DJE)**, 27 out. 2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp#visualizar>. Acesso em: 25 set. 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AR 1.958 AgR-segundo, rel. min. Dias Toffoli, j. 10-4-2014, **Diário da Justiça Eletrônico (DJE)**, 30 maio 2014. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp#visualizar>. Acesso em: 25 set. 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Rcl 7.101, rel. min. Cármen Lúcia, j. 24-2-2011, P, **Diário da Justiça Eletrônico (DJE)**, 09 ago. 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp#visualizar>. Acesso em: 25.09.201.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL HC 85.137, rel. min. Cezar Peluso, j. 13-9-2005, 1ª T, **Diário da Justiça Eletrônico (DJE)**, 28 out. 2005. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp#visualizar>. Acesso em: 25.09.201.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. HC 92.885, rel. min. Cármen Lúcia, j. 29-4-2008, 1ª

T, **Diário da Justiça Eletrônico (DJE)**, 20 jun. 2008. Disponível em:<<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp#visualizar>> . Acesso em: 25 set. 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AgRg no REsp 1370119/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 19/9/13, **Diário da Justiça Eletrônico (DJE)**, 30 set. 13. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp#visualizar>>. Acesso em: 25 set. 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Rcl 9.327 AgR, rel. min. Dias Toffoli, j. 23-5-2013, **Diário da Justiça Eletrônico (DJE)**, 1º ago. 2013 Disponível em:<<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp#visualizar>>. Acesso em: 25.09.2017.2217-o-abuso-de-poder-no-direito-penal-brasileiro. Acesso em: 23 ago. 2017.

TOJAL, Sebastião Botto de Barros; RENAULT, S. R. T. . Não se faz justiça sem direito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/201893-nao-se-faz-justica-sem-direito.shtml>>. Acesso em: 08 dez. .2017.

TUCCI, Rogério Lauria. Ação Civil Pública e sua Abusiva Utilização pelo Ministério Público. **Revista da AJURIS** - n. 56 - novembro/1992. Disponível em:<<http://livepublish.iob.com.br/ntzajuris/lpext.dll/Infobase/5730b/57350/5744b?f=templates&fn=document-frame.htm&2.>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

TUCCI, Rogério Lauria. Ação civil pública e sua Abusiva Utilização pelo Ministério Público e Distorção pelo Poder Judiciário. In: Wald, Arnold (Org.). **Aspectos Polêmicos da Ação Civil Pública**. São Paulo: Saraiva, 2007.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: parte I (ABNT) .Integrado de Bibliotecas da USP ; Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro, coordenadora ;Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro... [et al.]. --3.ed. rev. ampl. mod. - - São Paulo SIBiUSP. 2016. 100p. Disponível :<http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5

2&Itemid=67>. Acesso em: 12 dez. 2017.

VELLOSO, Galba. **Desvio de Poder:** Doutrina, Jurisprudência, Aplicação Prática. São Paulo: Malheiros, 2007.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil.** Parte Geral. 2. ed., vol. 1, São Paulo: Atlas, 2002.

ANEXOS

ANEXO A – Abreviação dos países

País	Abreviação	País	Abreviação	País	Abreviação
África do Sul	ZAF	Eslovênia	SVN	Nigéria	NGA
Alemanha	DEU	Espanha	ESP	Noruega	NOR
Argentina	ARG	Estados Unidos	USA	Nova Zelândia	NLZ
Austria	AUT	Estônia	EST	Países Baixos	NLD
Belgica	BEL	Finlândia	FIN	Paraguai	PRY
Brasil	BRA	França	FRA	Peru	PER
Bulgária	BGR	Geórgia	GEO	Quênia	KEN
Camarões	CMR	Grécia	GRC	República Tcheca	CZE
Canadá	CAN	Hungria	HUN	Romênia	ROM
Cazaquistão	KAZ	Ilhas Maurícias	MUS	Rússia	RUS
Colômbia	COL	Itália	ITA	Sri Lanka	LKA
Coreia do Norte	PRK	Letônia	LVA	Suécia	SWE
Costa do Marfim	CIV	Líbano	LBN	Suiça	CHE
Costa Rica	CRI	Lituânia	LTU	Trinidad e Tobago	TTO
Croácia	HRV	Malawi	MWI	Turquia	TUR
Dinamarca	DNK	Namíbia	NAM	Ucrânia	UKR
Eslováquia	SVK				

Fonte: MELO, 2010.

ANEXO B– Procedimentos atuados na Corregedoria Nacional do CNMP de julho de 2013 a junho de 2017

Classes Processuais	Quantidade	%
Reclamação Disciplinar	1.604	88,6%
Inspeção	80	4,4%
Correição	60	3,3%
Sindicância	40	2,2%
Procedimento Avocado	11	0,6%
Avocação	8	0,4%
Proposição	3	0,2%
Acompanhamento de cumprimento de decisão	3	0,2%
Procedimento de Controle Administrativo	1	0,1%
Procedimento Interno de Comissão	1	0,1%
Total	1.811	100%

Fonte: CNMP, 2017b, p.20.

ANEXO C- Número de arquivamentos e atuações por semestre na Corregedoria Nacional do CNMP

Fonte: CNMP, 2017b, p.20.

ANEXO D- Sanções aplicadas pelo Plenário do CNMP a membros do Ministério Público

Fonte: CNMP, 2017b, p.21.